

1  
1  
2  
3  
4  
5  
6

ATA DA OCTOGÉSIMA SEXTA QUINTA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA  
REUNIÃO ORDINÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
CONSEMA

7Aos vinte três dezoito dias do mês de junho de dois mil e seis realizou-se a Octogésima  
8Sexta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua  
9Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e quarenta e  
10cinco minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. AlexCláudio Neves Strey Dilda,  
11Representante do Secretário de Meio Ambiente; Sr. Quintiliano Machado Vieira, Representante do  
12secretário da Agricultura e Abastecimento; Sra. Laura Londero Cruz, Representante do Secretário da  
13Saúde; Sr. Eberson Thimmig Silveira, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação;  
14Sra. Sandra Garcia Polino, Representante do Secretário da Educação; Sra. Marilene Kostelnaki  
15Franco, Representante do Secretário da Cultura; Sra. Lúcia Varga Guimarães, Representante do  
16Secretário da Ciência e Tecnologia; Sra. Marta Marchiori Dias, Representante da SEDAI; Sr. Ronaldo  
17Nery, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; Sra. Fabian Scholze  
18Domingues Vera Regina Morandi Sehn, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento;  
19Sr. Juarez Fernandes de Souza Elson Roberto Mello da Silva, Representante do Secretário da Justiça e  
20Segurança; Sr. Manoel Francisco Moreira, Representante Suplente dos Amigos da Floresta; Sr. Luiz  
21Alberto Carvalho Júnior, Representante Suplente dos Amigos da Floresta; Sra. Maria Teresa Raya  
22Rodriguez, Representante Suplente da Instituição Universitária Pública; Sra. Elizabete Maria Zanin,  
23Representante Titular da Instituição Universitária Privada; Srs. Paulino Olivo Donatti, e Elton Roberto  
24Weber, Representantes Titular e Suplente Suplente da FETAG; Sr. Sidney Bruschi Clóvis Zimmer,  
25Representante Suplente Titular da FIERGS; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, Representante Suplente da  
26FARSUL; Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva, Representante Titular da Sociedade de  
27Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Valtemir Goldmeier, Representante Titular da  
28FAMURS; Sr. Heitor Peretti, Representante do IBAMA; Sr. Carlos Termignoni, Representante Titular  
29do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Sebastião Teixeira Correa,  
30Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Sr. Marcelo Maisonete Duarte Eduardo  
31Osório Stumpf, Representante Titular Suplente da FZB – o Corpo Técnico da FEPAM; Sr. Jacson  
32Müller, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Jackson  
33Muller, DIRTEC/FEPAM; Alexandre Bugin, ABES; Mauro Gomes de Moura, Diretor Técnico da  
34FEPAM; Lisandro Totch Bonatto, Espumoso; Valério da Cunha Oliveira, SAAVE/COVIMA; Mara  
35Suzana F. da Silva, SEMA/ASSJUR; Carlos R. Schreiner, F2B; João Paulo Steifeder, DEFAP/SEMA;  
36Cristiano Machado, Prefeitura de Viamão; Rogério Dewes, DRH/SEMA; Alex Neves Strey, GAB/SEMA;  
37Sidnei Bruschi, FIERGS; Paulo Sérgio Fabres, Secretaria da Agricultura; Carlos Renato Souza, AGAPAN;  
38Lisiane Becker, Mira Serra; Eliane Aparecida M. dos Santos Archiori, Secretaria da Agricultura de Três  
39Coroas; Niro Afonso Pieper, SIGA/SEMA; Manoel Eduardo Marcos, FEPAM SAAVE/RS; Sirlei  
40Hambert, FEPAM e Leandro C. Pinto, SEMA. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir  
41Goldmeier Cláudio Dilda, Representante da FAMURS. Pauta: 1. Discussão da Ata 85ª da Reunião  
42Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Habilitações de Municípios; 4. Retorno de  
43informação no tocante a nomeação das ONG's para o CONSEMA e proposta de projeto de lei para  
44resolver o problema; Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do Presidente da  
45FEPAM sobre as metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação pela FEPAM  
46de pedido sobre o Programa Estadual de Irrigantes, conforme estabelecido pelo CONSEMA;  
47sentação do trabalho pela efetivação da APA do Banhado Grande pela ONG SAALVE; 66.  
48Relatório sobre Resolução n.º 004/00; 7. Minuta de decreto sobre Política Estadual de Educação  
49Ambiental; 8. Indicação dos representantes para reativação da Câmara Técnica Permanente de  
50Recursos Atmosféricos; 9. Assuntos Gerais. Sr. Presidente: Srs. Conselheiros, boa-tarde. Declaramos  
51por aberta a Atingimos o quorum regimental mínimo, o que nos permite dar início a nossa 85ª Reunião  
52Ordinária deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. Bem-vindos e vamos, então, de imediato aos  
53trabalhos, inicialmente, informando os Srs. Conselheiros que o Presidente Valtemir Goldmeier, por  
54questões de saúde, comunicou a não possibilidade de presidir a reunião de hoje, razão pela qual a SEMA,  
55como Secretaria Executiva, o faz em caráter de suplência. Passamos de imediato à discussão da Ata da 84ª  
56Reunião Ordinária do CONSEMA, e de acordo com procedimentos acordados por este Plenário  
57submetemos à aprovação, lembrando que as correções devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva  
58para que da Ata constem. Submeto, então, à avaliação dos Srs. Conselheiros a aprovação ou não da Ata da  
5984ª Reunião. aprovada. Passamos para o ponto seguinte da nossa Pauta. Temos algumas comunicações,  
60vou pedir para o Mauro fazer a leitura. 2. Comunicações. Sr. Mauro Gomes de Moura: Bom-dia,  
61senhores e senhoras. O CONSEMA recebeu da Câmara Técnica Permanente de Mineração a Resolução

~~62 CONSEMA sobre dragas, um ofício encaminhado dia 29-11-05: A Câmara Técnica Permanente de  
63 Mineração, após várias reuniões, aprovou em 24-11-05 a minuta de resolução do CONSEMA relativo às  
64 dragas, cujo texto segue anexo para análise e aprovação desse CONSEMA. A resolução vai ser  
65 encaminhada agora para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O CONSEMA recebeu do Presidente  
66 da FEPAM ofício datado de 12-12-05: Encaminhamos em anexo a minuta de proposta de resolução do  
67 Conselho Estadual do Meio Ambiente — CONSEMA, visando: 1 — regulamentação da publicação de  
68 pedido e licenciamento ambiental de competência estadual; 2 — estabelecimento de limites máximos de  
69 emissão para poluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas (caldeiras com queima de carvão,  
70 mineral para geração de vapor de processo e/ou energia elétrica). A primeira resolução vai ser  
71 encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a segunda para a Câmara Técnica Permanente  
72 de Qualidade do Ar. Correspondência da CAVO, datada de Curitiba, 07-12-05, dirigido ao Presidente do  
73 CONSEMA: Prezado Senhor, a CAVO Serviço e Meio Ambiente SA., na condição de empresa prestadora  
74 de serviços de tratamento de resíduos de saúde, sabendo das dificuldades para o destino final dos  
75 resíduos de saúde da Capital e região metropolitana, devido à determinação de suspensão da liminar que  
76 mantinha a vala séptica do Aterro do Santa Tecla, coloca à disposição as suas dependências, que pode  
77 ser a solução. Estamos instalados com a central de tratamento de resíduo sólido de saúde no bairro  
78 Restinga, com capacidade para 5 t/dia, sendo que hoje estamos tratando apenas os resíduos gerados pela  
79 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em um total de 1 t/dia. As nossas instalações já foram vistoriadas  
80 pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre — SMAM, bem como por técnicos da  
81 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, culminando com a emissão da  
82 licença de operação LO n.º 130/05, através do qual podemos conferir a capacidade ociosa hoje instalada  
83 e disponível para o atendimento da demanda que ora se apresenta, outrossim, colocamos à disposição:  
84 Merlino Prestes Júnior — Superintendente da CAVO. Correspondência da Secretaria de Meio Ambiente —  
85 DEFAP, datada de 10-11-05, é uma correspondência dirigida ao Diretor do DEFAP, depois encaminhada  
86 ao CONSEMA: Prezado Senhor, tendo em vista a recente Resolução CONSEMA n.º 110/05, que amplia o  
87 rol de atividades da Resolução CONSEMA n.º 102/05, no seu anexo III, item II, contraria o disposto no  
88 art. 2, Decreto Estadual n.º 43.324, de 31-08-04, que regulamenta o Sistema de Controle de Produtos  
89 Florestais Nativos no Território do Rio Grande do Sul e a nova TPF/RS. Recomenda-se a supressão do  
90 texto do item ————— 3. Calendário de Reuniões de 2006; 4. Habilitação de Municípios; 5.  
91 Apresentação do Programa Estadual de Incentivo ao Plantio de Florestas; 6. Apreciação de  
92 Resoluções; 7. Assuntos Gerais.~~

93  
94  
95  
96  
97

98 (Encerra-se a reunião às 12h29min).

99 **1. Discussão da Ata 84ª da Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Clóvis Zimmer:** Só uma correção  
100 na linha 49, onde cita “Dr. Valdo Mazzola Filho”, o nome é “Torvaldo Mazzola Filho”. **Sr. Presidente:**  
101 **Mais alguma correção?** Submetemos, então, à votação. Conselheiros favoráveis, por gentileza, levantem  
102 seu crachá de votação; contrários; abstenções. Então, **aprovada** por unanimidade dos Conselheiros  
103 presentes. Passamos para as Comunicações.

104 ~~Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Primeira~~  
105 ~~Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos~~  
106 ~~Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e dezesseis minutos, com a presença dos~~  
107 ~~seguintes Conselheiros: Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha, Representante do Secretário Estadual do~~  
108 ~~Meio Ambiente; Sr. Marcos Palombine, Representante do Secretário da Agricultura e~~  
109 ~~Abastecimento; Sra. Rosane Heidrich, Representante do Secretário da Saúde; Sr. Manoel Augusto~~  
110 ~~da Luz Coelho, Representante do Secretário da Cultura; Sr. Paulino Olivo Donatti, Representante~~  
111 ~~Suplente da FETAG; Sr. Roberto Carlos da Silva Alves, Representante Suplente dos Comitês de~~  
112 ~~Bacias Hidrográficas; Sr. Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM; Sra. Sandra Garcia~~  
113 ~~Polino, Representante do Secretário de Educação; Sra. Diara M. Sartori, Representante Suplente do~~  
114 ~~IBAMA; Sr. Eduardo Osório Stumpf, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da~~  
115 ~~FEPAM; Sr. Ronaldo Nery, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; Sr. Luiz~~  
116 ~~Valdir Andres, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; Sr. Florivaldo~~  
117 ~~Pereira Damasceno, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; Sr. Geraldo André Susin,~~  
118 ~~Representante Titular da ALGA; Sra. Maria Odete da Rosa Pereira, Representante Suplente do CEA;~~  
119 ~~Sr. Clóvis Zimmer, Representante Titular da FIERGS; Sr. José Lauro de Quadros, Representante~~  
120 ~~Titular da FARSUL; Sr. Valtemir Goldmeier, Representante Suplente da FAMURS. Participaram~~  
121 ~~também o Sr. Rodrigo Tellechea, Comitês e Bacias; Sra. Marilene Kostelnaki, SEDAC; Sr.~~  
122 ~~Alexandre Bugin, ABES; Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr. Luiz Antônio T. Grassi, ABES;~~  
123 ~~Sra. Maria Isabel S. Chiappetti, FEPAM; Sr. Ivo Lessa Silveira Filho, FEPAM; Sr. Paulo Roberto~~  
124 ~~da Rocha, FEPAM; Sra. Silvana Schmidt, Ambiente Já. Os trabalhos foram presididos pelo Sr.~~  
125 ~~Mauro Gomes de Souza, Representante da FEPAM. Pauta: 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião~~  
126 ~~Ordinária do CONSEMA; 2. Encaminhamento da Revisão da resolução CONSEMA 05/98; 3.~~  
127 ~~Proposta de Criação de Câmara Técnica para Elaboração do Plano de Controle de Poluição~~  
128 ~~Veicular - PCPV; 4. Proposta de Reativação da Comissão Interinstitucional de Educação~~  
129 ~~Ambiental; 5. Proposta de Decreto Instituído o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas; 6.~~  
130 ~~Assuntos Gerais. Sr. Presidente: Boa-tarde, senhoras e senhores. É um prazer estar aqui em nome~~  
131 ~~do Prof. Cláudio Dilda, Presidente do CONSEMA, representando e dirigindo os trabalhos, já que o~~  
132 ~~Dr. Cláudio está de férias. Vamos primeiro às comunicações que foram efetivadas junto à Secretaria~~  
133 ~~Executiva do CONSEMA. Nós recebemos Ofício n.º 07/2004, da UNE, que comunica que a~~  
134 ~~Representante Titular da Instituição Universitária Privada, junto ao CONSEMA, Sra. Elisabete~~  
135 ~~Zamin, está em impossibilidade de participar desta reunião por encontrar-se em férias. Recebemos~~  
136 ~~o Ofício 09/2004, da NATE, informando a impossibilidade de seus representantes, Sra. Lúcia Ortis e~~  
137 ~~Káthia Vasconcellos Monteiro, de participarem desta reunião, em razão da Titular encontrar-se em~~  
138 ~~licença maternidade e a Suplente estar em Criciúma para participar da Audiência Pública para~~  
139 ~~instalação de termocéltrica carvão naquela região. O Programa Energia é uma das prioridades da~~  
140 ~~Entidade, sendo o programa contra o uso do carvão mineral a principal prioridade. O Núcleo~~  
141 ~~Amigos da Terra estará representado pela Geóloga Nely Brown. Ofício NATE, encaminhando o~~  
142 ~~CONSEMA correspondência que trata do licenciamento ambiental da Rota do Sol. Ofício do~~  
143 ~~Representante Titular da Instituição Universitária Pública, Sr. Sérgio Luís de Carvalho Leite,~~  
144 ~~justificando sua ausência, bem como a de sua Suplente, Sra. Maria Teresa Raia Rodrigues, nesta~~  
145 ~~reunião, em razão de estarem de férias nesta data. Ofício da Sociedade de Engenharia do Rio~~  
146 ~~Grande do Sul, comunicando a impossibilidade da participação e sua representação nesta reunião,~~  
147 ~~em razão de férias do Titular e Suplente neste período. Um convite: a Secretaria Estadual do Meio~~  
148 ~~Ambiente – SEMA, comunica a realização do Seminário de Capacitação para Assessor Jurídico~~  
149 ~~Municipais para o Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local. Ocorrerá dentro das~~  
150 ~~atividades do Projeto SIGA/RS, no dia 10-03-04, às 13 horas, no Auditório do Centro~~  
151 ~~Administrativo, situado à Av. Borges, n.º 1.501. Temos o ofício do SERMA, que vou lê-lo. O Comitês~~  
152 ~~Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul, em correspondência~~  
153 ~~datado de 30-01-04, que leva o número Ofício SERMA 07/04, diz o seguinte, dirigido ao Sr.~~  
154 ~~Presidente do CONSEMA: Prezado Sr. Presidente, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da~~  
155 ~~Mata Atlântica e o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem trabalhado em consonância nos~~  
156 ~~assuntos referente à reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, procurando~~  
157 ~~encontrar e promover a relação harmônica entre os seres humanos e a natureza. Atendendo ao que~~  
158 ~~estabelece o CONSEMA n.º 01/97, e a Lei Federal n.º 9.985/00, e o Decreto Federal 4.340/02, o~~

159 ~~SERMA tem reavaliado criteriosamente alguns assuntos que afetam a RBMA, e buscado propor e~~  
160 ~~subsidiar decisões da sociedade, dos governos e das diversas instâncias do Sistema Estadual do Meio~~  
161 ~~Ambiente. Recentemente, em reunião realizada entre a Presidência do SERMA e as Diretorias do~~  
162 ~~DEFAP, e da DUC/DEFAP, acordamos que seria muito positivo avaliar e discutir a nova proposta~~  
163 ~~de alterações, de limites e recategorização do Parque Estadual Delta do Jacuí no âmbito do SERMA.~~  
164 ~~Pois trata-se de uma zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Dentro do acordado~~  
165 ~~solicitamos ao DEFAP que submeta a proposta de alterações ao SERMA, que prontamente será~~  
166 ~~avaliado por seu grupo de trabalho sobre unidade de conservação, e discuta com profundidade na~~  
167 ~~primeira reunião ordinária do SERMA após o recebimento da proposta. Nesse sentido viemos~~  
168 ~~solicitar ao CONSEMA que aguarde a tramitação desse assunto no âmbito do SERMA antes de~~  
169 ~~realizar qualquer deliberação sobre o mesmo. Temos certeza que nas considerações oriundas de~~  
170 ~~integração técnica altamente qualificada entre as instituições do Rio Grande do Sul, que atuam na~~  
171 ~~Mata Atlântica, trarão grandes subsídios ao processo. Atenciosamente, Alexandre Frota –~~  
172 ~~Presidente do SERMA. Nós recebemos agora na reunião mais três comunicações, do IBAMA, ofício~~  
173 ~~datado de 18-02: Sr. Presidente, comunicamos que não poderemos participar da reunião do~~  
174 ~~CONSEMA no dia 19, às 14 horas, devido ao fato que estaremos participando de importante~~  
175 ~~reunião com representante do Ministério do Meio ambiente. No entanto, para contribuir para as~~  
176 ~~discussões que serão realizadas, técnicos do núcleo de educação ambiental do IBAMA representarão~~  
177 ~~este Instituto. Atenciosamente, Cecília Hipólito Gerente Executiva do IBAMA/RS. Os dois técnicos~~  
178 ~~estão presentes. Da Secretaria de Cultura, um ofício datado de 18-02: Viemos por meio deste~~  
179 ~~informar a Vossa Senhoria a substituição do Conselheiro Ivan Santos pela servidora Marilene~~  
180 ~~Franco, que representará esta pasta no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.~~  
181 ~~Cordialmente, Dr. Manoel Cláudio Rodrigues de Borba – Diretor Administrativo da Secretaria de~~  
182 ~~cultura. Ofício da Secretaria de Obras e saneamento, datado de 18-02-04: Sr. Presidente do~~  
183 ~~CONSEMA, ao cumprimentá-lo cordialmente vimos acusar o recebimento do convite para a~~  
184 ~~Sexagésima Primeira Reunião Ordinária do CONSEMA, porém, na oportunidade estarei impedido~~  
185 ~~de comparecer. Contudo me farei representar na reunião por meio do Sr. Ronaldo Nery. Sendo no~~  
186 ~~que tinha no momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração, atenciosamente, Sr.~~  
187 ~~Frederico Antunes – Secretário de Obras Públicas e Saneamento. Eram essas as considerações~~  
188 ~~iniciais. Vamos imediatamente ao item um da pauta. 1. Aprovação da Ata da 60ª Reunião Ordinária~~  
189 ~~do CONSEMA. Abro a palavra aos Conselheiros se há alguma manifestação com relação a Ata da~~  
190 ~~60ª Reunião Ordinária do Conselho de Meio Ambiente. Alguns dos Conselheiros têm alguma~~  
191 ~~manifestação com relação a Ata da 60ª Reunião? Considerada aprovada, por unanimidade, deste~~  
192 ~~Conselho. Vou submeter ao Conselho dois assuntos: tivemos um problema importante ontem com~~  
193 ~~relação a mineração de areia no Estado e precisamos criar uma Câmara Técnica especial para esse~~  
194 ~~assunto. Eu precisaria tratar desse assunto enquanto há quorum. É rápido, mas se eu deixar para~~  
195 ~~Assuntos Gerais tenho medo de não ter quorum para criar essa câmara. E o Conselheiro Bugin está~~  
196 ~~solicitando, seria o terceiro item de pauta, a Proposta de Decreto para instituir o Ano de 2004 como~~  
197 ~~Ano Estadual das Águas, que é um dos Conselheiros que precisa sair mais cedo. Então, submeto aos~~  
198 ~~Srs. Conselheiros se é possível incluir na pauta o item de criação de uma câmara especial e trazer o~~  
199 ~~quinto item da pauta como terceiro da pauta. Alguém se manifesta contra? Aprovada a inversão e~~  
200 ~~inclusão da pauta. Senhores, tivemos ontem uma reunião com o Ministério Público Federal aqui na~~  
201 ~~FEPAM, o Poder Judiciário publicou e suspendeu as licenças dadas pelo DNPM, aqui no rio~~  
202 ~~Guaíba, nesse trecho aqui. E com isso houve a suspensão das licenças ambientais, as nossas licenças~~  
203 ~~ambientais são atreladas à licença do DNPM. Os mineradores em função da decisão judicial~~  
204 ~~entraram com um pedido de licenciamento.~~















275 Engenharia talvez seja uma das Entidades também, porque o CREA não está presente no Conselho.  
276 Então, por meio da Sociedade de Engenharia talvez seria uma Entidade. Acho que deve ser, porque  
277 envolve profissionais. Sr. Presidente: Os Srs. Conselheiros que aprovam a criação da Câmara  
278 Técnica temporária com os membros que foram citados, por favor, manifestem-se os favoráveis.  
279 Está em votação, Srs. Conselheiros (Quatorze votos). Os que são contra a criação da câmara.  
280 Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. A Secretaria de Minas e Energia, SEDAE,  
281 Universidade, FEPAM. As duas universidades, na realidade, a pública e a privada têm trabalhos na  
282 área, a UNISINOS tem bons trabalhos na área, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem  
283 bons trabalhos na área. Não sei, deixaria à decisão da universidade, poderia ser as duas também. E  
284 mais a ABES e o CREA. Com a aprovação da inversão de pauta, solicito a Proposta de Decreto  
285 Instituinte o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Os senhores receberam o material na  
286 pasta sobre esse assunto. Passo a palavra ao Eng. Bugin para e faça a manifestação com relação a  
287 esse assunto. 5. Proposta de Decreto Instituinte o Ano de 2004 como Ano Estadual das Águas. Sr.  
288 Alexandre Bugin: Eu só vou fazer a introdução. Na verdade, a ABES é uma Entidade que vem  
289 trabalhando muito ativamente nessa questão da água, desde a criação da Semana da Água no  
290 Estado foi a Entidade que promoveu desde o início, e nós temos tido uma atuação muito forte dentro  
291 dos comitês e bacias, temos uma Câmara Técnica que trata somente das questões que envolvem  
292 recursos hídricos. E uma das pessoas que fazem parte, talvez seja um dos nomes mais conceituados e  
293 experientes no Estado, foi um dos mentores do próprio sistema, que é o Luiz Grassi, que está aqui  
294 presente, é o nosso coordenador da Câmara Técnica. Então, ele é o mentor dessa proposta do ano  
295 das águas e a idéia hoje é fazer um apresentação rápida para ele apresentar como está sendo  
296 trabalhado e como está em andamento no Estado. Sr. Luiz Antônio Grassi: Boa tarde a todos. Nós  
297 na Câmara Técnica de Recursos Hídricos da ABES, onde surgiu essa proposta, diz que o ano de 2004  
298 seja declarado o Ano Estadual das Águas, essa proposta teve como mote o fato de que neste ano se  
299 comemora os dez anos da lei 10.350, de 30-12-94, que foi a lei que criou o sistema de recursos  
300 hídricos do Rio Grande do Sul. Essa lei, na verdade, vem cumprir um preceito constitucional, o art.  
301 171, da Constituição do Estado, que definia a obrigatoriedade de ser instituído um Sistema Estadual  
302 de Gestão das Águas. Então, a Lei 10.350/94, a Lei das Águas do Rio Grande do Sul, neste ano de  
303 2004 cumpre o seu décimo ano, e cumpre já com um saldo bastante positivo. Acredito que os  
304 Conselheiros do CONSEMA tenham um conhecimento da lei, em todo o caso, quem não teve o texto  
305 da lei pode procurá-la junto ao site da Secretaria de Meio Ambiente, do Conselho de Recursos  
306 Hídricos. Ainda existem alguns exemplares da legislação incluindo a lei, mas já são poucos. Então, o  
307 mais oportuno seria procurá-lo no site da Secretaria de Meio Ambiente. Essa Lei 10.350/94 institui o  
308 sistema, estabelece os instrumentos de gestão e começa estabelecendo os princípios e diretrizes; ou  
309 seja, a parte normativa dessa lei. E depois a parte administrativa que é o sistema com todos os seus  
310 elementos, o Conselho de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia, o Departamento de Recursos  
311 Hídricos, as agências de regime demográfico, que é o único elemento do sistema ainda não criado  
312 pelo Governo, e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental que já preexistia integrada ao Sistema  
313 de Gestão das Águas. E estabelece os instrumentos de gestão também. Estão faltando ali os  
314 instrumentos de planejamento, o plano de bacias, o plano estadual e os instrumentos operativos, a  
315 outorga, a cobrança pelo uso da água e o rateio de custos. E ainda a lei define as três regiões  
316 hidrográficas do Rio Grande do Sul. Hoje em dia temos dos 25 comitês previstos, a maioria já  
317 instalada, funcionando, e temos os outros já em fase de implantação. Paralelamente tivemos  
318 conhecimento também, isso já depois de começado o encaminhamento da proposta do Ano Estadual  
319 das Águas, um fato que vem muito ao encontro dessa proposta, que a 58ª Assembléia da ONU  
320 aprovou a instalação do Decênio Internacional – Água para a vida, a partir de 2005, com início no  
321 dia mundial da água, 22-03, do ano que vem. Naturalmente, como decênio vai até 2015. É uma  
322 tentativa talvez de recuperar um pouco o anterior decênio das águas, que foi praticamente perdido,  
323 que não revelou grandes avanços, que se deu na década de 90. Então, esse é outro fator. Agora, o  
324 que também originou, deu bastante alento a essa proposta foi a experiência que temos no Rio  
325 Grande do Sul com a Semana da Água, que se realiza todos os anos, em outubro, em outubro do ano  
326 passado foi a décima semana. Nós temos, e para quem quiser, a ABES tem disponível o livro  
327 comemorativo dos dez anos, da Décima Semana Água, e essa semana originariamente é uma semana  
328 interamericana, aliás, é o dia interamericano da água, que foi proposto e criado no Congresso da  
329 associação Interamericana de . E, ípivel

330 \_\_\_\_\_

331 \_\_\_\_\_

332-**2. Comunicações. Sra. Liliani:** Justificativa de ausência do Presidente por motivo de saúde. Justificativa  
333 de ausência da representante da Secretária de Saúde, por encontro no Ministério da Saúde. Justificativa de  
334 ausência do IBAMA devido à greve e justificativa do CEA. A representante da Secretaria de Coordenação  
335 e Planejamento para esta reunião é a Sra. Vera Sehn. O representante da Secretaria de Obras Públicas é o  
336 Sr. Ronaldo Nery. O representante da Agricultura e Abastecimento para esta reunião é o Sr. Paulo Fabres.  
337 E-mail da AGAPAN comunicando que o Ofício n.º 020, a respeito da moção da FARSUL foi recebido  
338 ontem, por isso não teve prazo para se manifestar. Comunicação que a nova Secretária Executiva do Pró-  
339 Guaíba é a Sra. Ana Elizabete Carrara. Ofício da AGAPAN n.º 020/06, que solicita a anulação da reunião  
340 do CONSEMA, realizada no dia 28-04-06. **Sr. Presidente:** A representação da AGAPAN? A AGAPAN  
341 está ausente. Temos aqui mais uma informação relacionada ao Ofício n.º 020/06, da AGAPAN, que face a  
342 não-nomeação das indicações informa que a AGAPAN não participará das reuniões das Câmaras Técnicas  
343 do CONSEMA. Sobre isso eu gostaria de fazer breves observações, que vou fazer já pela oportunidade.  
344 Juntamente com a Presidência deste Conselho gostaria de informar ao Plenário que já iniciamos e daremos  
345 seqüência, com vista à regularização, do que precisar ser regularizado em relação a indicações e  
346 nomeações, que são dois momentos diferentes do processo de oficialização de Conselheiros participantes  
347 deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. E, também, que buscaremos já na seqüência  
348 encaminhamentos no sentido de ver, perceber, buscar, uma solução similar, quem sabe, à forma com que o  
349 Conselho Nacional de Meio Ambiente procede para apoiar as representações da sociedade, as ONG's  
350 ambientais. Então, respaldar, ressarcir, passagens, gastos, relativamente, ao seu deslocamento, lembrando  
351 que com vista à busca da segurança jurídica e administrativa. A PGE – Procuradoria-Geral do Estado, em  
352 parecer, já foi comunicado na reunião passada, demonstrou não existir viabilidade dentro das proposições  
353 feitas. Agora, penso que já havia sido criado, aí me perdoem, mas eu não tenho a atualização da  
354 informação, um grupo de trabalho do Conselho, visando a revisão, inclusive, incluindo a possibilidade de  
355 reestruturação deste Conselho no que diz respeito a sua composição, bem como, adequações do Regimento  
356 Interno para que se pudesse, então, aperfeiçoar, aprimorar, o *modus operandi*, a fim de que o CONSEMA,  
357 como órgão superior da área do segmento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, efetivamente, possa  
358 funcionar bem. Então, esse compromisso nós temos e estamos buscando dar seqüência a encaminhamentos  
359 já iniciados. Eu não sei se, porventura, algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra, mas dito assim,  
360 em síntese, esse é o encaminhamento que estamos buscando concretizar. Não havendo manifestação eu  
361 gostaria de passar para a avaliação Plenária. Nós temos o Ofício n.º 021, da Secretaria de Justiça e  
362 Segurança, do Comando Ambiental da Brigada Militar, que solicita a inclusão na Câmara Técnica de  
363 Mineração, em caráter de reiteração, os oficiais que nomina: Major Eliseu Antônio Vedana, como Titular,  
364 e como Suplente o Capitão Márcio André Facin. Por um procedimento regimental nós submetemos ao  
365 Plenário, se aprova ou não, a inclusão na Câmara Técnica de Mineração de uma representação do  
366 Comando Ambiental da Brigada Militar. Com a palavra os Srs. Conselheiros. **Sr. Ivo Lessa Silveira**  
367 **Filho:** Presidente, demais Conselheiros, é importante que a gente veja o número de Conselheiros que há na  
368 Câmara Técnica porque depois há problema no *quorum*. Se passa para sete, **86ª Reunião Ordinária deste**  
369 **Conselho Estadual do Meio Ambiente. Foi encaminhada a todos a Pauta da reunião dos temas habituais,**  
370 **encaminhamos por e-mail a todos Conselheiros, excetuando-se as ONG's, que conforme da última reunião**

3713. Habilitações de Municípios; 4. Apresentações pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente e do  
372Presidente da FEPAM sobre as metas do Governo no tocante a Política Ambiental; 5. Apresentação do  
373trabalho pela efetivação da APA do Banhado Grande pela ONG SAALVE; 6. Assuntos gerais, solicitaram  
374que fosse encaminhado por papel. E ao que parece foi, não recebi retorno do Correio que alguém não  
375tenha recebido. Então, inicialmente era isso. 1. Discussão da Ata 85º da Reunião Ordinária do  
376CONSEMA. 2. Comunicações. O primeiro assunto de Pauta é a discussão da Ata da 85ª Reunião. Existe  
377alguma manifestação dos Conselheiros? Então, eu passo para Comunicações e abro o momento de pedido.  
378E seguida a gente faz a votação da Ata, mas temos tentando fazer com que no início da reunião possam ser  
379feitas as solicitações de vista eventuais dos assuntos que vão ser colocados em discussão na reunião.  
380Então, em relação às Comunicações nós temos várias justificativas, uma delas é a justificativa da  
381Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, dizendo que nesta reunião a Secretaria será representada pelo  
382Ronaldo Nery. Da mesma forma nós temos uma comunicação do IBAMA, através do Superintendente do  
383IBAMA do Rio Grande do Sul, o Sr. Fernando Costa Marques, de que esta reunião será acompanhada pelo  
384Servidor Heitor de Souza Peretti, representando a Superintendência do IBAMA. Também a Ciência e  
385Tecnologia envia ofício: “Ao cumprimentá-lo informo que a Dra. Lúcia Varga Guimarães estará  
386representando na 86ª Reunião Ordinária do CONSEMA, pois fico na impossibilidade de comparecer.  
387Diretor Técnico Paulo Renato de Souza”. E os Amigos da Floresta da mesma forma comunicando que na  
388atual reunião estará representando a Entidade Manoel Francisco Moreira. Também recebemos uma  
389comunicação da FEPAM de que o Eduardo Osório Stumpf, que era Conselheiro, não é mais funcionário da  
390FEPAM, porque estava havendo alguns hiatos em relação a isso, mas, por outro lado, já não era mais  
391Conselheiro, porque foram nomeados técnicos da Fundação Zoobotânica. Na vaga de Conselheiro para  
392técnicos da área ambiental a lei que criou o nosso Conselho estabeleceu que haveria uma alternância entre  
393a Fundação Zoobotânica e a FEPAM. E a partir de uma comunicação recebida neste momento os técnicos  
394da área ambiental neste Conselho são representados pela Fundação Zoobotânica. Portanto, este  
395comunicado só tem uma função informativa, porque de prático mesmo já não é mais Conselheiro.  
396Também recebemos uma carta da FEPAM no tocante ao nosso Item 5 de Pauta: Apresentação pela  
397FEPAM de pedido sobre o Programa Estadual de Irrigantes, conforme estabelecido pelo CONSEMA.  
398Vocês se lembra que em uma das reuniões de 2005 nós votamos uma ampliação de prazo para ser feito  
399esse relatório, na última reunião nós já tínhamos tocado nesse assunto. Pessoalmente, eu fui cobrado  
400informalmente pelo Ministério Público de que não havia sido feito aquilo que nós CONSEMA votamos.  
401Então, eu tomei a liberdade de oficiar a FEPAM e a FARSUL, só que em função dos acidentes que  
402andaram ocorrendo, principalmente esse de Cachoeirinha, o Diretor Técnico da FEPAM, o Sr. Jackson  
403Müller me encaminhou a seguinte carta: “Ao tempo que desejamos cordiais saudações, em atendimento ao  
404Ofício CONSEMA n.º 28/06, em 16-06-06, para apresentação do Relatório sobre o Programa Estadual de  
405Irrigantes, vimos por meio deste solicitar a sua colaboração para a data da apresentação seja transferida  
406para a próxima reunião ordinária desse Conselho. Tal solicitação se justifica devido às dificuldades  
407associadas à participação de técnicos do setor que se encontram em atividade de vistoria, bem como  
408daquelas decorrentes da participação desta Diretoria Técnica no episódio envolvendo o incêndio no  
409Município de Cachoeirinha, com impactos junto ao rio Gravataí, em audiência pública que ocorrerá no  
410mesmo momento da reunião do CONSEMA. Sendo o que tínhamos para o momento desejamos a vossa  
411estima e cordial. Atenciosamente, Jackson Müller”. Na verdade, o Jackson me explicou que hoje à tarde a  
412Câmara de Vereadores de Cachoeirinha está fazendo uma audiência pública e há a necessidade da  
413presença da FEPAM lá, mais a presença dele também. Então, em função disso eu gostaria de consultar o  
414Plenário se existe alguma contrariedade de colocarmos este assunto para a próxima reunião, face ao fato de  
415que a FEPAM nos encaminha este documento, que a gente entende que isso possa acontecer. Existe  
416alguma contrariedade do nosso Plenário de tirarmos este assunto de Pauta hoje e encaminhar para a  
417próxima? Então, este assunto sai de Pauta e passa para a próxima reunião. Também recebemos um ofício  
418da Sociedade de Engenharia, datado de 21-06, que diz: “Ao cumprimentá-lo vimos informar que o  
419Engenheiro Edu Ricardo Beltrame deverá ser substituído pelo Engenheiro Fernando Hartermann, como  
420representante da nossa Entidade, na suplência do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Comunicamos  
421também que a partir desta data a Engenheira Química Márcia Eits deverá-nos representar como titular na  
422Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos. Também comunico que o endereço para correspondência é rua  
423Abraão Goldzstein, n.º 82, Torre I, sl. 1103 – Protásio Alves. Sendo o que tínhamos para o momento,  
424Presidente da Sociedade de Engenharia – Nilton Kides”. Nós também recebemos um ofício em relação à  
425carta trazida pela FARSUL na reunião anterior, não a última reunião, mas a anterior, a de abril,

426 questionando a posição da AGAPAN de encaminhar ao Conselho Nacional de Meio Ambiente uma  
427 moratória no tocante à implantação da monocultura de árvores exóticas no bioma pampa. Nós recebemos a  
428 seguinte resposta da AGAPAN: “Prezado Senhor, respondendo à carta da FARSUL, de 24-04-06, onde a  
429 mesma questiona a moção encaminhada pela AGAPAN ao Conselho Nacional Meio Ambiente,  
430 solicitando moratória para a implantação de monocultura de árvores, informamos o que segue: 1 – A  
431 AGAPAN enviou a Carta n.º CT 039/05, datada de 21-06-05, solicitando apresentação do projeto de  
432 incentivo à monocultura de árvores da metade sul do Estado, ciclo de expansão do setor de madeira,  
433 celulose e papel; 2 – A Solicitação acima foi colocada em Pauta na reunião do CONSEMA, em 17-11, e  
434 não foi discutida porque o representante do Governo do Estado, a SEMA, apesar de ter comparecido, não  
435 trouxe as informações sobre o projeto; 3 – Na reunião do dia 16-12-05 foi apresentado o projeto ao  
436 Plenário, na ocasião a AGAPAN apresentou 11 questionamentos, que até o presente momento não foram  
437 respondidos. Os itens acima podem ser comprovados conforme atas do Conselho; 5 – Os fatos relatados  
438 acima comprovam que a AGAPAN acredita nas instâncias regionais, nos órgãos ambientais do Estado e  
439 também nos Colegas do CONSEMA. Portanto, não ignoramos a existência do CONSEMA; 6 – Os  
440 mesmos questionamentos foram também encaminhados à FEPAM e ao Ministério Público do Estado; 7 –  
441 A AGAPAN não possui ainda total legitimidade de pautar quaisquer assuntos ambientais no CONAMA, já  
442 que foi eleita para representar as ONG’s ambientalistas da região sul; 8 – todas as afirmações apresentadas  
443 na moção ao CONAMA são verídicas e não tendenciosas, fato que podemos comprovar tecnicamente.  
444 Solicitamos que esta missiva seja encaminhada a todos os Conselheiros deste CONSEMA e que seja lida  
445 na próxima reunião, no dia 23-06, uma vez que estamos impedidos pelo Governo do Estado de exercer  
446 nosso direito legal de comparecer às reuniões plenárias. Sem mais para o momento, Edi Xavier Fonseca”.

447 Passando ao item anterior da nossa Pauta, nós temos a discussão da Ata da 85ª Reunião. Eu gostaria e  
448 solicitar que se manifestassem caso haja alguma alteração que a gente tenha que fazer. Não havendo  
449 manifestação colocamos em votação a aprovação da Ata da 85ª Reunião Ordinária deste Conselho. Quem  
450 concorda se manifeste levantando o crachá; quem discorda? Quem se abstém? Quatro abstenções. A ata da  
451 85ª Reunião foi **aprovada** com abstenções. O próximo item de pauta é Habilitação de Municípios, mas  
452 retorno à pergunta anterior: existe por parte dos Conselheiros solicitação de vista em relação a algum  
453 processo? **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Eu estou encaminhando ao Presidente o requerimento  
454 solicitando vista. **Sr. Presidente:** O Coronel pede vista em relação ao item da nossa Pauta, Item 7, que é o  
455 Decreto da Política Estadual de Educação Ambiental. Portanto, regimentalmente, vista concedida, o  
456 assunto automaticamente sai de Pauta. **Sr. Alex Neves Strey:** A SEMA pede vista ao Relatório sobre a  
457 Resolução n.º 004/00, Item 6 da Pauta. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** A Sociedade de  
458 Engenharia pede vista ao mesmo processo que a SEMA está solicitando. Obrigado! **Sr. Presidente:** Então,  
459 automaticamente o item sai de Pauta. As Entidades têm os prazos regimentais para apresentar seus  
460 relatórios. A Secretaria Executiva vai encaminhar a documentação e vocês têm prazos para apresentar os  
461 respectivos relatórios. O Item 5, em função da manifestação da FEPAM também foi retirado de Pauta,  
462 sendo passado para a próxima. Alex, eu vou encaminhar à SEMA uma cópia da carta da AGAPAN,  
463 porque o Governo do Estado várias vezes é nominado na carta, para que a gente possa esclarecer o  
464 Plenário e apresentar as respectivas colocações. E vou pedir para a Secretaria executiva recuperar a Ata de  
465 dezembro, onde foram apresentados os questionamentos para que também o Estado na próxima reunião  
466 apresente o seu posicionamento. Concluindo as Comunicações, não sei se vocês tiveram acesso pela  
467 mídia, eu gostaria de tornar público aqui no Conselho o Projeto de Lei n.º 30.057 que anda tramitando pelo  
468 nosso Congresso Nacional, onde o autor é o Deputado Bispo Vanderval, que propõe profundas alterações  
469 no parcelamento do solo. Então, como “tema de casa” para os nossos Conselheiros, sugiro que vocês  
470 baixem essa “obra-prima” e dêem uma olhada. Esse projeto está para votação, só estava trancado porque a  
471 pauta do Congresso está trancada, e esse projeto causa uma série de modificações na área ambiental. Eu  
472 gostaria que se vocês tiverem tempo de ler o material que se manifestassem diretamente para a Câmara  
473 Federal, o e-mail do Aldo Rebelo, que é o Presidente da Câmara é simples, é [aldorebelo@camara.gov.br](mailto:aldorebelo@camara.gov.br).  
474 O único jeito é inundar as caixas de e-mails com informações, é a gente se posicionar, porque depois que o  
475 Congresso Nacional aprovar é lei, e em relação à parte de preservação ambiental nos parcelamentos de  
476 solo tem substanciais mudanças. Eu não sou especialista do projeto, mas modifica várias coisas,  
477 principalmente para poder regularizar quem está em situação irregular. Isso pode causar alguns problemas,  
478 porque o mesmo privilégio que teoricamente está-se institucionalizando aqui, não se tem para os nossos  
479 agricultores. Então, isso realmente é uma situação que vai gerar outras conseqüências. Então, eu sugiro, se  
480 vocês quiserem se manifestem para o nosso e-mail, para o [consema@sema.gov.br](mailto:consema@sema.gov.br) e nós juntaremos as

481 posições de vocês e encaminharemos um documento do nosso Conselho para o Congresso Nacional. O  
482 próximo item de Pauta é Habilitação de Municípios, passo a palavra para o Pieper para fazer a  
483 apresentação. **3. Habilitações de Municípios. Sr. Niro Afonso Pieper:** Além da leitura, Sr. Presidente, do  
484 encaminhamento à Câmara Técnica, eu ressaltaria alguns aspectos do Município de Três Coras. Primeiro,  
485 quanto à população, mais de 20 mil habitantes, portanto, o município teve que apresentar Plano Diretor. A  
486 principal atividade que impacta o meio ambiente é a indústria, principalmente o setor calçadista, mas há  
487 alguma coisa de hortifrutigranjeiro, agropecuária de leite, piscicultura. Referente à equipe técnica o  
488 município dispõe de licenciador do quadro e também dois fiscais do quadro, além de uma consultoria, que  
489 ainda tem mais a engenheira química, um geólogo e um engenheiro agrônomo. Apresentou vários  
490 programas e projetos, todos os itens da Resolução n.º 04 foram atendidos, também da 011 foram  
491 atendidos, relativamente ao plano ambiental apresentado, de modo que há vários projetos que tentam  
492 atacar os impactos levantados. A Câmara Técnica houve por bem encaminhar para este Conselho,  
493 recomendando a habilitação do município, inclusive, há aqui representantes que vieram acompanhar esta  
494 apreciação. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Algum Conselheiro gostaria de se manifestar sobre o  
495 processo em discussão? Então, considerando que o Município de Três Coroas teve o seu processo  
496 encaminhado pelo SIGA após aprovação na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, coloco em votação  
497 a habilitação do Município de Três Coras para exercer a gestão ambiental e o licenciamento das atividades  
498 de impacto local, conforme as resoluções deste Conselho. Então, quem concorda, por favor, manifeste-se  
499 levantando seu crachá de votação. Quem discorda? Quem se abstém? Uma abstenção. **Aprovado** por  
500 maioria. Então, consideramos o Município de Três Coroas habilitado ao exercício do licenciamento  
501 ambiental das atividades de impacto local e principalmente da gestão ambiental. Esperamos que daqui  
502 alguns anos a população local tenha os retornos que esse processo e essa expectativa que foi gerada no  
503 município efetivamente aconteça. Existe algum representante do município presente? Gostaria de se  
504 manifestar? **Sra. Eliane Aparecida M. dos Santos:** Boa-tarde. Eu sou bióloga do município e gostaria de  
505 agradecer a atenção da FEPAM e do Conselho e pelas considerações do nosso município. Muito obrigada!  
506 **Sr. Presidente:** Então, passamos para o próximo ponto de Pauta. **4. Retorno de informação no tocante a**  
507 **nomeação das ONG's para o CONSEMA e proposta de projeto de lei para resolver o problema.** Eu  
508 de imediato convido a Dra. Margere Oliveira, Assessora Jurídica da FAMURS e Presidente com a Câmara  
509 Técnica de Assuntos Jurídicos, para se manifestar. Antes disso eu gostaria de colocar que nós tomamos a  
510 liberdade de encaminhar a todos uma informação com o intuito de esclarecer os fatos. Nós temos uma  
511 legislação e pelo fato de exercermos a Presidência do Conselho não temos como alterar o rito legal das  
512 coisas sem seguir os efetivos passos que eles têm que ser dados. Eu tomei a liberdade, imediatamente ao  
513 tomar conhecimento do que estava sendo colocado nos meios de comunicação, e pessoalmente fui  
514 entrevistado por três meios de comunicação, e o que eu falei não foi publicado, de através do nosso  
515 Conselho tentar fazer um esclarecimento pelo menos para o nosso público direto para que não fique o dito  
516 pelo não dito. Dentro disso a Dra. Margere, e sei que a Dra. Mara, Assessora Jurídica da SEMA, também  
517 foram ouvidas. A lei estadual estabelece que existe um número de ONG's que participa do Conselho e  
518 também estabelece que a vacância se dá por periodicidade, ou seja, quando termina o mandato, ou por não  
519 comparecimento. E quando é por período a troca vai acontecer automaticamente, enquanto não sair no  
520 Diário Oficial a Entidade anterior continua nomeada. Portanto, hoje, em relação às ONG's nós só temos  
521 vacância por período em relação à ALGA, porque o mandato da ALGA terminou. E nós encaminhamos  
522 um documento, segundo um rito que nós Conselho criamos e que, volto a colocar, sempre tive essa visão,  
523 mas, eventualmente, as pessoas querem atropelar as coisas e acabam ao invés de resolver um problema  
524 criando outro problema. Nós fizemos uma resolução em Plenário e aprovamos na mesma reunião essa  
525 resolução, porque, teoricamente, isso iria resolver o assunto e isso não foi encaminhado para a Câmara  
526 Técnica de Assunto Jurídicos. Então, fica bem claro isso, que as coisas têm que ser feitas segundo a ordem  
527 das coisas para que não aconteça isso que a Dra. Margere vai-se manifestar. Por quê? Porque a Casa Civil,  
528 através de uma Procuradora, entendeu que a resolução que nós aprovamos neste Conselho carece de  
529 legalidade. Resultado: ao invés de resolvermos um problema criamos mais um; mas eu gostaria de deixar  
530 claro para as ONG's que nenhuma ONG está banida de comparecer a qualquer reunião do nosso Conselho.  
531 Em segundo lugar, não há vacância efetiva, porque aquelas que ainda não tiveram a sua nomeação  
532 efetivada em Diário Oficial, a outra Entidade continua podendo participar, podendo votar e podendo dar  
533 opinião. Então, antes de passar para a Margere só gostaria de fazer essas colocações, porque na mídia  
534 saíram algumas colocações, e mais, saiu uma informação: "Olha, depois que a FAMURS assumiu a  
535 Presidência do CONSEMA as ONG's nem do Conselho podem participar". Isso é lamentável, gostaria de



536 externar a minha tristeza em ouvir isso, porque vocês são testemunhas aqui de que não é esse o  
537 posicionamento e muito menos esse posicionamento foi exercido por qualquer pessoa que tenha passado  
538 aqui por esta Presidência do Conselho. Então, dentro desse contexto a única coisa que tem que ser dita é  
539 que vivemos em uma democracia e que bom que a gente vive em uma democracia, onde todo mundo pode  
540 falar o que bem entende, mas com responsabilidade e o rito legal tem que ser seguido. Então, dentro desse  
541 contexto, Margere, gostaria de passar a palavra para ti. Sra. Margere Oliveira: Boa-tarde. Representando  
542 a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos gostaríamos de nos reportar ao relatório que foi apresentado,  
543 encaminhado aos senhores. Até reforçando o que já foi dito pelo Valtemir, o problema é exclusivamente  
544 de ordem legal e nós analisamos sob esse aspecto na Câmara Técnica, porque a Lei Estadual n.º 10.330,  
545 que estabelece a organização do Conselho diz que é formado por 5 representantes de Entidades  
546 ambientais, de caráter regional, constituídas a mais de um ano, em ser art. 8, alínea “I”. No parágrafo I. diz  
547 que o mandato dos membros será de 2 anos, permitida somente uma recondução por igual período; e no  
548 parágrafo V diz que os representantes dos órgãos e entidades que trata o parágrafo I deste artigo, e seus  
549 suplentes, serão indicados pelas respectivas Entidades e nomeados pelo Governador do Estado. A reunião  
550 CONSEMA que estabeleceu essa mudança, na questão da indicação, diz o seguinte, Resolução n.º 107/05:  
551 “As ONG’s ambientais para ocuparem assento no CONSEMA deverão ser indicadas pela APEDEMA”.  
552 Então, essa resolução criou um condicionante na indicação dos representantes das ONG’s que a lei não  
553 estabelece. Então, nesse sentido ela foi além do que diz a lei, e a lei só estabelece que tem direito 5  
554 Entidades ambientais, indicados os representantes por essas Entidades, não estabeleceu um procedimento  
555 para a indicação dessas Entidades ambientais. O histórico desse processo acho que todos vocês conhecem,  
556 não há necessidade de repetir o que ocorreu. Em função disso, do ponto de vista legal há esse óbice. Então,  
557 nós discutimos na Câmara Técnica e estamos propondo para a avaliação de vocês se vocês entendem que é  
558 a melhor alternativa: como a lei não estabelece um procedimento, como só dá a possibilidade para que 5  
559 Entidades ambientais estejam presentes, que nós tenhamos esse procedimento estabelecido na lei e de uma  
560 forma democrática que a lei também estabeleça um rodízio, uma renovação entre as Entidades  
561 ambientalistas para que não se tenha sempre as mesmas. Isso do ponto de vista do princípio democrático.  
562 Essa foi a discussão que a gente fez e uma proposta de projeto de lei alterando a legislação estadual,  
563 especialmente o art. 8, onde nós colocamos lá na alínea “I”, do art. 8º, a mesma redação acrescida da  
564 renovação das Entidades a cada 4 anos, para permitir justamente esse rodízio entre Entidades. No  
565 parágrafo VI estabelecemos um procedimento bastante simples de indicação das ONG’s para que não se  
566 tenha maiores discussões. Primeiro aspecto, que essas ONG’s estejam cadastradas no Cadastro Nacional  
567 de Entidades Ambientalistas, que é estabelecido pela Resolução CONAMA n.º 292/01, que tem uma série  
568 de critérios lá a respeito desse cadastramento. Tanto que a ONG tem que ser sem fins lucrativos, tem uma  
569 série de critérios que estaria observando pelo menos um padrão já existente, não se estaria criando uma  
570 coisa nova para as ONG’s. Outro critério, outro requisito seria manifestar o interesse de sua participação  
571 junto ao CONSEMA, mediante um requerimento destinado a sua Presidência, em um prazo que seria  
572 estabelecido em um edital, ou publicado no Diário Oficial. Então, havendo vacância o CONSEMA emite  
573 um edital, dá um prazo para que as ONG’s que tenham interesse se manifestem, observado aquele período  
574 de constituição há mais de um ano e a inscrição no Cadastro Nacional. Feito isso o CONSEMA, com uma  
575 Pauta designada, faria um sorteio das ONG’s que irão integrar o CONSEMA naquela vaga que tiver.  
576 Então, evitar critério muito subjetivos na escolha. Optamos, depois de discutir em três, quatro reuniões por  
577 um critério bastante simplificado para evitar problemas de ordem legal, de ordem de interpretação e atritos  
578 desnecessários. Então, é essa a sugestão de minuta de projeto de lei, que a gente encaminha para vocês  
579 apreciarem, que se vocês entenderem adequado tem que ser encaminhado o Governador do Estado para  
580 que ele possa encaminhar à Assembléia essa alteração. Toda essa questão que houve nos deixou muito  
581 angustiados de como resolver o problema, e entendemos que a melhor opção foi de oportunizar que todos  
582 possam participar do processo, porque a lei não estabelecia esse critério e trazer um critério bem  
583 simplificado para evitar discussão. Sr. Presidente: Eu não sei se algum dos Conselheiros gostaria de se  
584 manifestar. Eu tinha um posicionamento em relação ao assunto, de que a gente antes de votar que  
585 houvesse uma manifestação da APEDEMA em relação ao projeto de lei e as próprias ONG’s. Pelo fato  
586 das ONG’s não estarem participando das reuniões, eu não sei se não é o caso da gente dar um passo atrás  
587 em relação ao assunto e encaminhar para a APEDEMA se manifestar antes da gente colocar isso em  
588 votação. Existe também uma proposta da SEMA de alteração da lei para resolver o problema do  
589 ressarcimento. Então, haveria a necessidade dos dois projetos de lei serem conjugados e também acho  
590 necessário, se o Conselho concordar, a gente não deliberaria hoje sobre o assunto e encaminharia o projeto

591 de lei para as 5 ONG's que temos oficialmente como Conselheiras do CONSEMA. Também para aquelas  
592 que foram encaminhadas a informação para serem Conselheiras, mas que não foram nomeadas em função  
593 desse problema, para que houvesse uma manifestação através da APEDEMA. Se os Conselheiros  
594 concordarem eu preferiria que a gente desse esse encaminhamento. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Eu  
595 gostaria de perguntar ao Presidente se assim como nós Conselheiros recebemos, via e-mail, este  
596 documento, se as ONG's receberam? **Sr. Presidente:** Sim, todos receberam. Nós temos aquele sistema  
597 que tu encaminhas e vem a resposta que a pessoa recebeu. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Eu acredito,  
598 então, com todo o respeito, que fica prejudicado, porque se todas as ONG's receberam, nós recebemos, se  
599 não há manifestação. E até porque esse é um assunto que a gente vem tratando, e ano passado eu recordo  
600 quando houve essa resolução que eu fui o único voto contra, de 17 votos eu com abstenção. Então,  
601 acredito que devemos deliberar se está em Pauta este assunto. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da**  
602 **Silva:** Eu não concordo com esse posicionamento do Coronel, porque apesar de terem recebido eu acho  
603 que as ONG's precisam-se articular, porque agora a situação muda e precisam de tempo para se  
604 articularem. Eu acho que o tempo é um, pouco curto. Eu concordo com o pensamento do Presidente, até  
605 porque, Coronel, politicamente, é interessante a gente dar esse interregno maior. **Sr. Presidente:** Mais  
606 alguma manifestação? Há necessidade a gente fazer uma votação, porque o Conselheiro Juarez tem uma  
607 posição contrária? Só que o assunto teria que retornar ao Plenário, porque nós teríamos que conjugar esse  
608 projeto de lei à proposta de ressarcimento das despesas. O Secretário Dilda me informou esta semana que  
609 está sendo feito pela Assessoria Jurídica da SEMA uma proposta de alteração dessa lei no sentido de  
610 possibilitar o ressarcimento. Então, não faríamos dois projetos de lei alterando a mesma lei. Haveria a  
611 necessidade do assunto retornar. Então, não desmerecendo a proposta do Conselheiro Juarez, mas eu  
612 proponho que a gente não deliberasse hoje e deliberasse na próxima reunião. Alex, até para poder na  
613 próxima reunião o Governo do Estado apresentar a sua proposta de projeto de lei, que conjugada à  
614 proposta de projeto de lei elaborada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos fosse por nós apreciada,  
615 votada e encaminhada para a Assembléia Legislativa. **Sr. Alex Neves Strey:** Essa proposta está sendo  
616 construída, mas ainda não tem uma conclusão e está sendo deliberada junto à Casa Civil, que também é  
617 uma parte interessada e talvez até originadora das questões que a gente está discutindo aqui. Isso deve ser  
618 feito, possivelmente, na próxima semana, a discussão e a conclusão do que diz respeito a essa restituição  
619 financeira às ONG's. Então, eu acredito é possível que isso seja apresentado pela nossa assessoria jurídica  
620 na próxima reunião do CONSEMA. **Sr. Presidente:** Alex, haveria a possibilidade de na próxima reunião  
621 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos a minuta fosse levada para que também na Câmara Técnica  
622 houvesse o conhecimento? Na verdade, é a conjugação de um mesmo projeto. Eu faço um apelo ao Cel.  
623 Juarez para retirar a sua proposta de votar hoje e que a gente transfira para a próxima. Acatada? Então, o  
624 Coronel retira a proposta dele. **Sr. Carlos Termignoni:** Nós vamos decidir o quê? Por que quem pode  
625 propor a lei? **Sr. Presidente:** Na verdade, o Conselho está propondo um projeto de lei e o Governo do  
626 Estado ai receber do Conselho Estadual uma proposta de alteração da lei. É ao Governador para fazer o  
627 projeto de lei. A nossa próxima reunião é no dia 20-07, a Câmara Técnica vai-se reunir dia 19, é  
628 impossível que se produza algum resultado. Margere, antecipar a reunião da Câmara não dá? **Sra.**  
629 **Margere Oliveira:** Teria que verificar, se der a gente antecipa. **Sr. Presidente:** É que ambos os assuntos  
630 são de interesse e há a necessidade de manifestação das ONG's, não há como nós fazermos um projeto de  
631 lei aqui, tanto sobre o ressarcimento, quanto sobre a forma de indicação, sem ouvir as Entidades. Isso é  
632 impossível. **Sra. Margere Oliveira:** Claro, não vou antecipar o pensamento de ninguém da Câmara, mas  
633 se o Governo do Estado resolver ressarcir, na Câmara não vamos ter nenhum impedimento, certamente.  
634 Hoje só não pode ressarcir porque não há previsão legal. A gente já discutiu isso na nossa Câmara nesse  
635 sentido também. **Sr. Presidente:** Então, Alex, vamos encaminhar para vocês, apesar que vocês já  
636 receberam, a minuta do projeto de lei, que a Dra. Margere e a Câmara Técnica sugerem, no tocante à  
637 nomeação. E a sugestão que eu vou dar ao Governo do Estado é que trabalhe com essa minuta incluindo  
638 alguns artigos que falem do ressarcimento. Este projeto trata da alteração da Lei n.º 10.330. O fato de nós  
639 prevermos em algum artigo a revogação de um dispositivo legal impede o ressarcimento e incluímos um  
640 artigo novo, porque são as duas coisas: tem que revogar aquilo que impede e tem que criar o que permite  
641 ressarcir. Então, a sugestão que eu dou é dentro do que a Margere está colocando. Então, para nós aqui na  
642 Plenária do Conselho, é que na próxima reunião a gente poderia distribuir as sugestões de acréscimo que o  
643 Governo do Estado colocaria nesse projeto de lei visando o ressarcimento. Agora, nós deliberaríamos de  
644 uma forma ampla, mas voltados, principalmente, no tocante à forma da gente indicar as ONG's para  
645 participarem do CONSEMA. Então, isso ficaria para a próxima reunião. **8. Indicação dos representantes**

646 **para reativação da Câmara Técnica Permanente de Recursos Atmosféricos.** O próximo ponto de  
647 Pauta, conforme já foi lido nós já temos duas indicações: da Sociedade de Engenharia e da Secretaria de  
648 Minas e Energia. Quem mais das outras Entidades gostaria de participar da Câmara Técnica de Recursos  
649 Atmosféricos? A FIERGS, a Secretaria da Saúde também. Por favor, nós precisamos do ofício indicando  
650 titular e suplente, também, necessariamente, o telefone e o e-mail. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Nós  
651 vamos indicar. **Sr. Presidente:** Nós da FAMURS também indicaremos uma representante dos municípios  
652 para essa Câmara Técnica. **Sr. Sebastião Teixeira Correa:** Há um limite? Nós queremos nos inscrever  
653 pelo Comitê de Bacias, indicaremos. **Sr. Presidente:** A Universidade Federal também pediu para haver a  
654 indicação. Então, fica dessa forma. Quanto à FEPAM a indicação vai ter que ser através do Conselheiro da  
655 Fundação Zoobotânica, porque é dessa forma que há manifestação, mas fica garantida a participação, sem  
656 problema nenhum. Para que vocês tenham direito a voto a indicação tem que ser através da Fundação  
657 Zoobotânica, senão vocês teriam direito a participar, mas não direito a voto. A FEPAM entra em contato  
658 com a Fundação e indica os nomes. Durante o mês de julho vamos estabelecer um prazo para que a gente  
659 pudesse instalar essa Câmara Técnica também. Então, vamos dar o prazo até o dia 30 para encaminharem  
660 os ofícios, na primeira semana de julho a gente já cria um cronograma para que ainda dentro do mês de  
661 julho a gente já faça a instalação da Câmara Técnica. Em relação às Câmaras Técnicas nós tínhamos a  
662 necessidade de que os Conselheiros pautassem assunto que pudessem ser encaminhados para as Câmaras  
663 Técnicas. Há algumas Câmaras Técnicas que não têm-se reunido por falta de demanda. Então, eu sugiro  
664 que vocês façam contato com a nossa Secretaria Executiva, porque existem algumas demandas que às  
665 vezes a gente quer trazer para a Plenária aqui e o ideal é serem discutidas nas Câmaras Técnicas para que  
666 chegue na Plenária com o assunto discutido. Então, eu sugiro, principalmente a Câmara Técnica de Águas,  
667 que faz tempo que não tem demanda, a Câmara Técnica de Biodiversidade, agora que entrou alguma coisa,  
668 mas não tem tido assunto. E nós temos uma Câmara Técnica que era sobre inspeção veicular, era  
669 provisória, e eu gostaria de fazer um apelo ao Conselho para que a gente pudesse unificar a Câmara  
670 Técnica de Inspeção Veicular com essa Câmara Técnica que estamos tratando agora, que é a Câmara  
671 Técnica de Recursos Atmosféricos. Nós entendemos que os dois assuntos são muito próximos. Se o  
672 Conselho assim concordar a gente mudaria o nome dessa Câmara Técnica, de Câmara Técnica de  
673 Recursos Atmosféricos e Inspeção Veicular. **Sra. Margere Oliveira:** Desculpa, Valtemir, só para registrar  
674 que nós estamos na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos justamente com o resultado daquela Câmara  
675 Técnica anterior, com algumas considerações, necessidade de esclarecimento, mas como ela foi  
676 desconstituída não temos como mandar esse trabalho adiante. Nós vamos fazer um relatório a respeito,  
677 acredito que nas próximos reuniões já teremos concluído, aí já seria uma demanda que vai depender da  
678 constituição dessa Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Então, se os Conselheiros concordarem, essa Câmara  
679 Técnica passaria a ser a Câmara Técnica Permanente de Recursos Atmosféricos e Inspeção Veicular. Esse  
680 assunto demanda uma série de estudos e nós estamos com assunto parado no Estado, e outros Estados já  
681 têm evoluído no tocante a inspeção veicular e nós aqui temos esse assunto praticamente estabilizado em  
682 determinado patamar e não se avança no assunto. O grande problema é que todos falam na inspeção  
683 veicular voltado para a área mecânica, tirando a área ambiental fora. Isso não nos adianta, isso é criar mais  
684 uma taxa para o cidadão pagar. Nós entendemos que seja uma inspeção veicular para que se tenha uma  
685 melhor qualidade de vida. Então, talvez seja uma contribuição que o nosso Conselho possa dar. **9.**  
686 **Assuntos Gerais.** Agora passamos para Assuntos Gerais. **Sr. Sebastião Teixeira Correa:** Eu gostaria de  
687 convidar todos os Conselheiros, nós teremos nos dias 17 e 18 de julho, em Caxias do Sul, o Encontro  
688 Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas e o Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias. É uma  
689 programação bastante interessante, são dois dias de trabalho, onde será pautado o Plano Estadual de  
690 Recursos Hídricos, terá um painel sobre instrumento de planejamento e gestão, alguns painéis sobre  
691 estiagem e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, sobre florestamento e também sobre educação  
692 ambiental e mobilização social. Neste mesmo evento os Comitês de Bacia do Estado do Rio Grande do  
693 Sul estarão assinando com os COREDES do Estado um protocolo, um termo de cooperação. Então, vai ser  
694 um evento bastante importante e também com outras parcerias estratégicas dos Comitês. Então,  
695 gostaríamos de contar com a presença dos Conselheiros, todos receberão convite. Obrigado. **Sra. Laura**  
696 **Londero Cruz:** Com a permissão do Sr. Presidente eu gostaria de ler uma correspondência que o  
697 Conselho Estadual de Saúde enviou ao Secretário de Estado da Saúde, que se já não chegou a este  
698 Conselho vira. Então, eu gostaria de registrar nesta Plenária: “O Conselho Estadual de Saúde do Rio  
699 Grande do Sul, ao cumprimentá-lo, vem cientificá-lo de que em sua Reunião Plenária Ordinária do dia 1º-  
700 06-06, por unanimidade de seu Plenário, deliberou por aprovar o parecer de auditoria do Prof. Flávio

701 Lewgoy, Químico especialista em genética, ex-professor titular do Departamento de Genética da  
702 Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conselheiro da Associação Gaúcha de Proteção ao  
703 Ambiente Natural e deste colegiado estadual. Para tanto os Conselheiros do Conselho Estadual de Saúde  
704 do Rio Grande do Sul são contrários ao uso de todo qualquer herbicida nas áreas urbanas dos municípios do  
705 Rio Grande do Sul, “capina química”. Entre as razões que embasaram a posição manifestada pela a  
706 instância de deliberação do SUS, em âmbito estão as compiladas no parecer anexo, em especial as  
707 conclusões que enfatizaram elevados riscos ambulatoriais e de saúde pública. Nesse sentido preconizamos  
708 a não autorização da capina química em todo o Estado do Rio Grande do Sul e que seja expressiva ao  
709 nível nacional. Com certeza do acolhimento apresentamos protestos de apreço e consideração, colocamo-  
710 nos à disposição para tudo e quanto mais fizer necessário. Silvestre Cachanosque – Presidente do  
711 Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul”. A minha intenção era só tornar público a este  
712 Plenário. Sr. Heitor Peretti: Como uma coisa leva à outra, provavelmente este assunto já tenha sido  
713 discutido nesta Plenária, enfim. O Presidente há pouco mencionava que a Câmara Técnica de Águas e  
714 Biodiversidade não vêm-se reunindo. Então, eu vou propor uma demanda as duas e ao Conselho: deve ter  
715 sido já objetivo da atenção dos senhores um processo de autorização para a implantação da monocultura  
716 do eucalipto, especialmente do bioma pampa, para a produção de celulose. O Rio Grande do Sul está em  
717 vias de ter três grandes empresas de produção de celulose: a ampliação da Aracruz, a implantação da  
718 Votorantin e a Stora Enzo na região do pampa. O órgão ambiental gaúcho que dá essas autorizações já se  
719 manifestou através de uma licença de operação para a Votorantin no sul, na região de Pelotas e Rio  
720 Grande, para a implantação das suas florestas, e já deu autorização, ou licença prévia, para que a empresa  
721 começasse a comprar os seus 180 mil hectares no oeste do Rio Grande do Sul, dentro do bioma pampa. Eu  
722 não tenho visto o CONSEMA se manifestar sobre o assunto, talvez já tenha feito, mas a minha sugestão é  
723 que nós pautemos esse assunto. Na opinião do IBAMA a sociedade gaúcha não tem discutido  
724 suficientemente os impactos, sejam negativos, sejam positivos, da monocultura naquela região. Eu só  
725 quero lembrar que o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e uma série de organizações no Rio Grande  
726 do Sul estão propondo a inclusão do bioma pampa como os outros biomas brasileiros na proteção integral  
727 da Constituição brasileira. Nós estamos defendendo aqui no Rio Grande do Sul que essa seja uma das  
728 principais características, visto que o bioma só existe no Brasil no Rio Grande do Sul. Sr. Alex Neves  
729 Strey: Eu só gostaria de salientar que essa discussão talvez não tenha ocorrido no CONSEMA, mas está  
730 ocorrendo no âmbito da FEPAM, no âmbito da SEMA, no âmbito da Assembléia Legislativa, no âmbito  
731 de algumas universidades, no âmbito da FIERGS. E mesmo assim a SEMA entende que deva ser levada  
732 essa discussão ao CONSEMA, mas entende que se o IBAMA apresenta isso como sugestão que deva fazer  
733 isso por via de ofício. É para que a gente possa estabelecer até a origem dessa sugestão e que a gente possa  
734 encaminhar através de representação da SEMA, que já está discutindo isso, liberando de uma forma mais  
735 rica esse assunto aqui dentro do Conselho. Sr. Heitor Peretti: Não se trata de uma manifestação da  
736 Superintendência do IBAMA exclusivamente, trata-se de uma manifestação de um agente do controle  
737 social. Segundo, há dois estudos: um que está sendo realizado pela FEPAM e outro que está sendo  
738 analisado na UFRGS. O da FEPAM vai dar o zoneamento para essas florestas de monocultura e o outro  
739 um estudo que foi contratado pelo Ministério do Meio Ambiente, que vai espacializar os remanescentes de  
740 vegetação nativa do Rio Grande do Sul. Então, pelo menos do ponto de vista social parece que é meio sem  
741 propósito que nós já estejamos autorizando a implantação de florestas antes que esses dois estudos estejam  
742 concluídos, inclusive, um deles do próprio órgão, um dos órgãos contidos na SEMA. Sr. Alex Neves  
743 Strey: Eu peço desculpas pelo mal entendido, porque eu entendi dizer que o IBAMA entende isso. Talvez  
744 seja importante que a FEPAM se manifeste de como deu essa autorização e o que quer dizer essa  
745 autorização. Sempre lembrando que existe um Termo de Ajuste de Conduta entre a SEMA, FEPAM e  
746 Ministério Público que norteia como vão acontecer essas autorizações prévias aos licenciamentos das  
747 grandes áreas, que só poderão ser feitos com EIA-RIMA. Esse EIA-RIMA terá critérios dados por esse  
748 zoneamento, ou seja, nenhuma grande área provavelmente será licenciada este ano, porque ainda existem  
749 critérios para se dizer como serão feitos esses estudos ambientais. E essas autorizações são para áreas  
750 menores de um determinado número que eu não sei. Então, se há alguma dúvida, que parece que há, a  
751 respeito de como foi dada essa autorização, eu proponho que haja uma explicação por parte do órgão  
752 licenciador a respeito desse assunto. Sr. Presidente: Considerando que esse assunto veio à Pauta hoje pelo  
753 menos duas vezes, sugiro que a gente tente trazer para a próxima reunião, até porque hoje estamos pedindo  
754 manifestação da SEMA em função do ofício da AGAPAN. E considerando que este Conselho fez uma  
755 reunião ano passado, onde esse assunto foi pautado e algumas dúvidas ficaram, eu gostaria de me

756 manifestar de que qualquer critério que seja adotado seja trazido a este Conselho. Uma das atribuições do  
757 Conselho é estabelecer critérios, e a preocupação é se comecem a estabelecer critérios e que depois a gente  
758 fique sabendo: “Adotou-se tal critério!” Então, dentro desse contexto sugiro que a gente pautasse isso, se  
759 esses relatórios estiverem prontos, para a próxima reunião. Agora, preocupa-me, Alex, são as  
760 manifestações que eu tenho ouvido, via imprensa, de que até um prazo de dezembro as autorizações  
761 seriam fornecidas sem esses novos critérios que teoricamente estão sendo estudados. Se isso irá ocorrer ou  
762 não a gente não sabe, e como o Diretor Técnico da FEPAM na próxima reunião estará presente, a gente  
763 poderia esclarecer com ele e com o próprio Presidente da FEPAM, se assim necessário for, que se  
764 manifeste sobre o assunto. Também gostaria de ouvir a Comissão da Assembléia, que esteve na Finlândia,  
765 fazendo um estudo sobre monocultura de exóticas na Finlândia e países daquele entorno. A Assembléia  
766 Legislativa mandou 5 deputados para essa região para verificar como é, os atributos positivos que esse tipo  
767 de atividade gera. Então, talvez a gente tivesse que ouvir todas essas partes e talvez fosse necessário que a  
768 fizesse uma reunião extraordinária do CONSEMA para tratar exclusivamente disso. Talvez a gente até  
769 pedisse para fazer na Assembléia Legislativa uma reunião dessa, que haveria necessidade de manifestação  
770 da Universidade Federal, teria necessário de manifestação dos deputados que estiveram lá fazendo a visita  
771 técnica, a do IBAMA também. **Sr. Heitor Peretti:** Um esclarecimento, Presidente: o CONSEMA  
772 participou das tratativas que deram origem a esse TAC mencionado pelo Conselheiro? **Sr. Presidente:**  
773 Não. **Sr. Heitor Peretti:** E tem conhecimento dos termos pelo menos? **Sr. Presidente:** Eu tenho  
774 conhecimento porque o vice-Presidente do CONDIMA, nós temos o Conselho dos Secretários Municipais  
775 de Meio Ambiente, Conselho anterior ao CONSEMA aqui. Um dos nossos vice-Presidentes foi convidado  
776 um momento solene, onde foi assinado aquele TAC, é o município de Bagé, e o Conselheiro do  
777 CONDIMA se manifestou que não concordava porque os municípios não tinham sido ouvidos. Eu não  
778 tenho opinião sobre isso, fiquei sabendo do TAC a partir da manifestação do Secretário Municipal de  
779 Meio Ambiente de Bagé, inclusive, manifestou contrário pelo fato dos municípios não terem sido ouvidos.  
780 **Sr. Heitor Peretti:** Eu acho esse um excelente ponto de partida para que os demais integrantes do  
781 Conselho pudessem se apropriar da questão. Eu não quero fazer um juízo apressado, mas me parece que se  
782 as autorizações foram emitidas, ela descumpriram alguns dos artigos do TAC. **Sr. Presidente:** Eu não sei,  
783 Conselheiro. Este assunto não estava em Pauta, o que a gente poderia deliberar é que a gente fizesse uma  
784 reunião extraordinária do CONSEMA para tratar disso, porque aquela reunião que nós tivemos sobre isso,  
785 como a própria AGAPAN coloca, não foi esclarecedora. Isso foi em novembro, já estamos quase em julho,  
786 meio do ano. Às vezes a gente vê essas coisas acontecerem no estado e as coisas não evoluem. Então, é  
787 fazer uma reunião extraordinária do CONSEMA na Assembléia, que é um ambiental maior que o nosso  
788 aqui, porque em uma reunião dessas comparecem muito mais pessoas do que uma reunião ordinária do  
789 nosso Conselho, porque o assunto é de relevante interesse hoje para o Estado e criou-se uma expectativa  
790 em relação à sociedade de que isso é uma grande solução, que a gente tem que discutir. Então, se o  
791 Conselho concorda a gente marcaria uma reunião para discutir o assunto. **Sr. Marcelo Maisonete Duarte:**  
792 Eu só queria colocar que o grupo de silvicultura, que é composto por técnicos da FEPAM, da FZB, que  
793 está preparando o zoneamento, está-se reunindo aqui ao lado hoje. Então, poderia pedir uma palestra de  
794 qual é a situação atual dessa proposta que está sendo montada também. Eu acho que o mais importante do  
795 que saber o que acontece na Finlândia é ver o que estão preparando para o nosso Estado. Se há um grupo  
796 se reunindo aqui ao lado, acho que é mais do que lógico que se busque a informação desse grupo. **Sr.**  
797 **Presidente:** Também. Eu estou propondo ouvir a todos, era essa a minha proposta. Se o Conselho entende  
798 que ouvindo apenas a proposta dos técnicos resolveria, mas a minha proposta era fazer uma reunião onde  
799 todos se manifestassem. A deliberação de uma posição do Conselho tem que ser tomada em uma reunião *a*  
800 *posteriori*. Então, a gente faz uma reunião, busca a informação, feito isso na próxima reunião a gente toma  
801 uma posição, ou seja, vai ter a posição de todo mundo e a gente tira uma posição do Conselho que  
802 interesse a todos, em especial à instância ambiental. **Sr. Carlos Termignoni:** Eu prefiro a proposta dele,  
803 porque o nosso braço de informação e de orientação técnica é a FEPAM e os órgãos do Estado. Então, eu  
804 não vejo como fazer uma grande reunião, atrair muita gente para ouvir palpite quando nós mesmos não  
805 temos uma informação sólida dos técnicos do Estado. Eu acho que essa reunião na Assembléia podia ser  
806 feita depois que nós Conselheiros tivéssemos uma informação sólida desse projeto que está sendo feito.  
807 **Sr. Presidente:** Só esclarecer, Conselheiro: o que o Estado está fazendo é tentando criar alguns critérios  
808 de como será implantado esse projeto. Então, o que a gente poderia fazer para embasar o que o senhor está  
809 colocando é na próxima reunião do CONSEMA a gente poderia convidar esse grupo para comparecer aqui  
810 para apresentar nem que seja o andamento disso. Depois a gente marca essa reunião extraordinária. **Sr.**

811 **Carlos Termignoni:** Eu prefiro assim, porque não dá para ir para uma reunião geral sem base informação.  
812 Outro ponto é que se isso não for feito logo vai ser sobrepujado pelos acontecimentos, porque é óbvio que  
813 não se pode ficar esperando que o Estado, enfim, a sociedade para produzir alguma coisa não pode ficar  
814 esperando infinitamente o estudo que vai ser feito e vai sendo empurrado com a barriga. Então, é  
815 importante que o Conselho tenha com mais urgência possível essas informações técnicas de quem  
816 realmente nos suporta, que é a FEPAM, a Fundação Zoobotânica e os outros órgãos do Estado, auxiliados  
817 pelas universidades. Obrigado. **Sr. Presidente:** Ok, acatado. Na próxima reunião nós convidaremos esse  
818 grupo para fazer uma apresentação do que está sendo proposto. Na próxima reunião a gente traria uma data  
819 já para fazer uma reunião extraordinária para tratar do assunto silvicultura. Eu tenho dois informes para os  
820 Conselheiros: no site do Tribunal de Justiça de hoje tem uma manifestação: “Decisão sobre impacto  
821 ambiental no descarte de pilhas depende de ampliação de provas”. Nós fizemos um projeto através da  
822 FAMURS chamado Mete Pilha, onde sugerimos que as prefeituras fizessem na entrada da prefeitura um  
823 local para receber as pilhas velhas, para não parar isso no aterro sanitário, ou o aterro controlado, ou o  
824 lixão da prefeitura. Quando essas pilhas começaram a ser recolhidas, chegou um determinado momento  
825 que a gente tentou devolver essas pilhas para os fabricantes e se recusaram em receber. Isso gerou algumas  
826 ações. Hoje o Desembargador Leal se manifestou pela suspensão da tutela que havia sido dado a dois  
827 municípios e que as empresas eram obrigadas a receber as pilhas de volta. Então, só a título de informação,  
828 quem tiver interesse é só entrar no site do Tribunal de Justiça. O CONAMA aprovou uma resolução  
829 dizendo que pilhas podem ser descartadas em aterros sanitários. Só que a pergunta fica: quais são aterros  
830 sanitários? O aterro sanitário é uma obra de engenharia onde tem uma série de proteções. Então, nós  
831 tivemos duas liminares, uma do Ministério Público, que é esse caso de Lajeado, e tivemos outro do  
832 Município de Dois Irmãos, que construímos um documento de mais de 500 páginas de informação técnica,  
833 laudos, e conseguiu-se uma liminar obrigando. São duas empresas que ficam com 96% do mercado  
834 brasileiro de pilhas. Então, a gente buscou a liminar contra essas duas empresas. O grande problema é que  
835 essa lei estadual que nos ampara é estadual e não há nenhuma fábrica de pilhas no Rio Grande do Sul.  
836 Então, é só a título de conhecimento. O CONAMA até estava propondo rever esse assunto, porque a forma  
837 como foi colocada no CONAMA, a Associação Brasileira das Empresas Químicas conseguiu fazer essa  
838 resolução passar na época. E hoje está-se vendo que uma pilha nós tem quase nada de mercúrio, mas  
839 juntando milhares de pilhas pode ter um resultado trágico. E para finalizar gostaria de tornar público e  
840 dizer que vocês podem buscar isso no site do Ministério do Meio ambiente, e nós encaminhamos a todos  
841 os Conselheiros convite do lançamento do Programa Estadual de Capacitação de Gestores Ambientais. O  
842 Ministério do Meio Ambiente criou um programa para capacitar servidores e gestores do SISNAMA em  
843 nível local. Nós do Rio Grande do Sul não ficamos na primeira linha desse programa, porque eles  
844 entendiam que o Rio Grande do Sul estava mais adiantado do que o resto do País. Então, a gente ficou  
845 meio que em segunda instância. Nós até entendemos que o processo é assim, respeitamos isso, mas esta  
846 semana tivemos o lançamento do nosso programa. Foi lançado um material que vai ser usado, esse  
847 material está no site do Ministério. Então, são várias apostilas, para quem é professor e trabalha nessa área  
848 eu sugiro que entrem na página do Ministério e tentem baixar esse material. A nossa idéia é capacitar  
849 quem lá na ponta vai trabalhar com meio ambiente, que é o servidor municipal, o Conselheiro municipal, o  
850 servidor de Câmara, e os vereadores são de suma importância nesse processo, porque são eles que votam  
851 as leis de nível local. Se a pessoa não tem conhecimento nenhum sobre meio ambiente fica complicado dar  
852 opinião, mas, infelizmente, é assim no nosso País. Então, gostaria de socializar a informação e deixar de  
853 público no nosso Conselho a colocação para o Conselho Nacional e para o Ministério de que é um  
854 programa que vem em função do Programa Estadual de Descentralização, que hoje nós fechamos o  
855 município n.º 132 dos 496, e no Brasil temos 211, ou 212 que estão fazendo licenciamento, desses, 130  
856 estão aqui. Para vocês terem idéia em alguns Estados não tem órgão estadual e nós aqui temos órgãos  
857 municipais. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerramos a 86ª Reunião Ordinária do  
858 Conselho Estadual de Meio Ambiente. (Encerra(Encerra-se-se a reunião às 15h36min)